



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS HISTÓRICOS NA REVISÃO DE LITERATURA

YOUTH AND ADULT EDUCATION: HISTORICAL ASPECTS IN THE LITERATURE REVIEW

Weldilene Aparecida da Silva Pires¹

Angela Maria Martins²

Edmar Lucas Ferreira Sehnem³

RESUMO: Esta pesquisa faz parte de um processo de investigação elaborado no Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais, da Universidade Cidade de São Paulo- UNICID. A educação escolar de jovens, adultos e idosos (EJA) é um campo que ainda necessita de reflexões, pois se trata de um público específico, em idade de trabalho ou já aposentado - com pouca ou nenhuma escolarização. No entanto, os cursos de Educação e Jovens e Adultos vêm sendo objeto de análises e críticas, sobretudo, no que se refere ao não atendimento das necessidades peculiares dos estudantes dessa modalidade. Portanto, este texto apresenta, especificamente, aspectos históricos e de regulamentação da EJA no escopo de políticas educacionais no cenário nacional, desde a década de 1940, em interlocução com a revisão de literatura realizada, dentre os quais, destacam-se referências centrais na área, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Maria Clara Di Pierro, Moacir Gadotti, Sérgio Haddad e Vanilda Paiva.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Movimentos históricos. Revisão de literatura.

ABSTRACT: This research is part of an investigation carried out as part of the Professional Master's Degree Program in Educational Management Training at the City University of São Paulo – UNICID. School education for Young people, adults and the elderly (YAE) is a Field that still requires reflection, as it is a specific public, of working age – oral ready retired – with little or no schooling. However, Youth and Adult Education courses have been the subject of analysis and criticism, especially with regard to the failure to meet the specific needs of students in this modality. Therefore, this text presents, specifically, historical and regulatory aspects of YAE in the scope of educational policies on the national scene, since the 1940s, in dialogue with the literature review carried out, among which, central references in the area stand out, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Maria Clara Di Pierro, Moacir Gadotti, Sérgio Haddad and Vanilda Paiva.

Keywords: Youth and Adult Education. Public policies. Historical movements. Literature review.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, surgiu em resposta à evidente

¹Weldilene Aparecida da Silva Pires, Especialista em Docência do Ensino Superior, Psicopedagogia e Gestão Escolar pela Faculdade Campos Elíseos, weldilenepires.wp@gmail.com

²Angela Maria Martins, Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, ange.martins@uol.com.br

³Edmar Lucas Ferreira Sehnem, Mestrado em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, lucasferreirasehnem@gmail.com.



necessidade de proporcionar uma oportunidade mais equitativa para adultos que não tiveram acesso à educação formal. Portanto, trata-se de uma proposta de ensino que requer atenção especial, pois se refere a cidadãos e cidadãs que não estudaram no período regular, no entanto, possuem uma história de vida e carregam consigo a bagagem cultural que essa trajetória lhes proporcionou. Desempenhando um papel transformador ao abrir oportunidades educacionais para adultos que buscam aprender e se desenvolver, seja para realizar sonhos pessoais ou alcançar novas conquistas. Nessa direção, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/1996 (LDB 9394/96), a EJA configura-se como uma modalidade contemplada pela educação básica, em nível fundamental e médio, e que possui particularidades e características próprias. O Parecer CEB n. 11/2000 (CNE, 2000, p. 03), assinala que:

[...] para o universo educacional e administrativo a que este parecer se destina - o dos cursos autorizados, reconhecidos e credenciados no âmbito do art. 4º, VII da LDB e dos exames supletivos com iguais prerrogativas - parece ser significativo apresentar as diretrizes curriculares nacionais da educação de jovens e adultos dentro de um quadro referencial mais amplo. Daí porque a estrutura do parecer, remetendo-se às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e ensino médias já homologadas, contém, além da introdução, os seguintes tópicos: fundamentos e funções, bases legais das diretrizes curriculares nacionais da EJA (bases histórico-legais e atuais), educação de jovens e adultos—hoje (cursos de EJA, exames supletivos, cursos à distância e no exterior, plano nacional de educação), bases histórico-sociais da EJA, iniciativas públicas e privadas, indicadores estatísticos da EJA, formação docente para a EJA e diretrizes curriculares nacionais e o direito à educação.

Segundo o parecer, a EJA deve ter como objetivo proporcionar aos educandos o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida social, política e econômica visando à melhoria das condições de vida pessoal e coletiva. Além disso, a modalidade deve se pautar pela flexibilidade curricular, adaptando-se às necessidades dos educandos e permitindo a retomada dos estudos em qualquer momento da vida.

Na investigação original procurou-se formular um planejamento de ações de formação continuada para a gestão de unidades escolares da rede municipal de Diadema/SP. A pesquisa sobre a EJA é crucial para ampliar a visibilidade do seu papel na promoção da igualdade educacional, na preservação da aprendizagem ao longo da vida e no empoderamento dos adultos para se tornarem cidadãos informados e engajados em suas comunidades. Este trabalho apresenta, especificamente, aspectos históricos e de regulamentação da EJA no escopo de políticas educacionais no cenário nacional, desde a década de 1940, em interlocução com a literatura da área.

Após essas considerações iniciais, apresenta-se o referencial teórico fundamentado nas contribuições de Paulo Freire, cuja influência é inegável e ocupa um lugar central no embasamento teórico, sendo reconhecido pelas suas notáveis contribuições no campo da educação, sobretudo no contexto da EJA. O estudo se respalda ainda, nas valiosas contribuições de estudiosos como Sérgio Haddad, Vanilda Paiva, Miguel Arroyo, Maria Clara Di Pierro, Moacir Gadotti entre outros, que abordam



o tema de forma a contribuir como avançar na construção do conhecimento. No que tange à metodologia de pesquisa, se concentra principalmente em uma revisão documental e bibliográfica, utilizando fontes primárias e secundárias obtidas por meio de bases de dados eletrônicos disponíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ponto de partida para discutir legislação e políticas públicas destinadas à educação de jovens, adultos e grupos historicamente excluídos remonta ao final da década de 1940. Nesse período, o Brasil iniciou questões relacionadas à educação fundamental, em grande parte devido à vitória dos ideais democráticos após o término da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Pereira (2007, p. 54), esse contexto internacional teve um impacto significativo nas iniciativas nacionais da época, que passaram a dar destaque ao movimento em prol da educação em massa. O progresso social e econômico passou a depender cada vez mais da construção de uma base educacional sólida. Assim, na década de 1950, teve início uma série de campanhas de alfabetização de adultos, visto que a modernização da sociedade promove uma maior capacitação da população, especialmente nas áreas rurais.

A responsabilidade da EJA, após a Segunda Guerra Mundial, ficou sob incumbência do Estado, uma vez que anteriormente a este período estava sob tutela de organizações não governamentais. Prgresso a este período, a Educação Popular era tida como uma extensão da Educação Formal, idealizada e pensada para todos, sobretudo aos sujeitos vulneráveis inseridos em áreas urbanas e rurais.

Logo após a Primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos adotou-se uma abordagem distinta, transformando-se em uma forma de Educação Moral. Nesse cenário, os ambientes escolares e de educação formal, ainda sob forte influência das repercussões nocivas resultantes da guerra, desempenham um papel análogo fora das instalações escolares, uma vez que a principal responsabilidade era contribuir para o fomento à garantia aos direitos humanos e para a consolidação da paz. Decorrida a Segunda Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal, em 1963, conforme aponta Rocha *et al.* (2002), a Educação de Adultos passou a ser percebida por duas óticas distintas: como uma extensão da educação formal, de caráter contínuo e como uma forma de educação de base ou comunitária.

Seguindo esses movimentos, na Terceira Conferência Internacional de Educação de Adultos em Tóquio, em 1972, a Educação de Adultos passou a ser compreendida novamente como um complemento à Educação Fundamental, reintegrando o sistema formal de ensino de jovens e adultos, especialmente os analfabetos. Neste sentido, Gadotti (2008, p.29), assinala que “o analfabetismo é visto atualmente como a negação de um direito, ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão essencialmente política”.

A Quarta Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris em 1985, destacou-se pela multiplicidade de conceitos, originando o entendimento



contemporâneo da Educação de Adultos. Durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia em 1990, a alfabetização de jovens e adultos foi reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, enfatizando a ideia de que a alfabetização não pode ser dissociada da fase pós-alfabetização. Corroborando com esta perspectiva, Gadotti (2008, p. 22) sinaliza que “não há justificativa ética e nem jurídica para excluir os analfabetos do direito de ter acesso à educação básica”.

Na década de 1940, a Educação de Adultos foi concebida como uma extensão da educação formal, principalmente direcionada às áreas rurais. Contudo, durante a década de 1950, houve uma mudança de paradigma e a Educação de Adultos passou a ser vista como uma base para o desenvolvimento comunitário. Gadotti (1995) assinala que isso levou ao surgimento de duas tendências significativas no final dos anos 1950, em que uma delas enfatizava a Educação de Adultos como um meio de liberação e conscientização, inspirada notavelmente por Paulo Freire, enquanto a outra a considerava como uma educação funcional e profissional. Na década de 1970, essas duas abordagens ainda eram compreendidas como Educação não formal e como uma forma de complementação. Foi nesse contexto que surgiu no Brasil a conhecida corrente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que promove princípios opostos aos de Paulo Freire.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 - Lei n. 4.024/61 - é originada de uma ampla e vasta série de discussões entre diversas correntes de pensamento educacional no Brasil e sua promulgação demandou um período de 13 (treze) anos. Ela foi posteriormente substituída pela Lei de Reforma n. 5.692, aprovada em 11 de agosto de 1971, e que marcou historicamente o ensino supletivo dedicando-lhe um capítulo pela primeira vez na educação, promovendo uma reformulação nos níveis de ensino fundamental e médio. Ademais, concebida em um intervalo de 60 (sessenta) dias, a Lei de Reforma n. 5692/71 foi desenvolvida por nove membros indicados pelo então Coronel Jarbas Passarinho, Ministro da Educação à época. Nessa direção, é possível identificar a diferença temporal e os complexos contextos engendrados na criação dessas legislações. Sendo assim, observa-se peculiaridades nos processos de concepção e implementação dessas leis educacionais.

A próxima etapa foi tomada pelo Ministério da Educação (MEC) ao estabelecer um comitê para delinear a política de estratégia do Ensino Supletivo e sugerir os fundamentos teóricos de Valnir Chagas. Sendo assim, o ensino supletivo foi idealizado como uma alternativa para adequar, de forma contínua, o panorama educacional brasileiro diante de necessidades prementes e em ritmo cada vez mais acelerado. A Lei n. 5692/71 prevê maior versatilidade e confere maior autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normatizar programas educacionais, no formato de supletivos, em suas respectivas regiões.

Esse cenário contou com uma heterogeneidade específica nas modalidades adotadas em todo o país. Com o objetivo de efetivar essa legislação, a Secretaria Estadual da Educação criou, em 1975, o Departamento de Ensino Supletivo (DESU), reforçando a crescente importância que essa forma de ensino estava adquirindo⁴.

⁴ Informações pautadas no documento “Legislação, Políticas e Diretrizes para EJA”. Disponível em:



Haddad (1991) assinala que no interstício entre os anos de 1964 e 1985, tornou-se notório que o Estado buscava introduzir o uso de tecnologias como meio de solução para os desafios da Educação. Nesse sentido, a concepção do uso da tecnologia a serviço de metas econômicas e pedagógicas manteve-se por um grande período. Ademais, o Estado almejava proporcionar educação às massas, a custos mínimos, com a meta de democratizar as oportunidades educacionais e elevar o nível cultural da população, pois, de acordo com a perspectiva, havia uma constante de perdas da qualidade devido ao aumento do número de pessoas que necessitavam de acesso à escolarização formal.

De acordo com a análise de Gadotti (1979) a trajetória histórica da Educação de Adultos pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro entre os anos de 1946 a 1958, em que houve a realização de campanhas nacionais, iniciadas oficialmente, com o propósito de erradicar o analfabetismo. O segundo entre 1958 e 1964, um marco significativo foi o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, no qual Paulo Freire desempenhou um papel de destaque. Nesse Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, deu início para as discussões acerca da problemática das questões que se relacionavam com a alfabetização de adultos, culminando na idealização, sob liderança de Paulo Freire, do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos. Contudo, esse plano foi descontinuado em decorrência ao Golpe de Estado de 1964. E o terceiro período é caracterizado pela instituição do MOBRAL que foi delineado como sistema que objetivava coordenar o processo de alfabetização da população, sobretudo nas regiões rurais. No entanto, com o processo de redemocratização em 1985, a "Nova República" encerrou o MOBRAL e estabeleceu a Fundação Educar, marcando uma transformação importante na Educação de Adultos sob a égide da "Nova República".

No ano de 1989, como parte das comemorações do Ano Internacional da Alfabetização, o Brasil estabeleceu a Comissão Nacional de Alfabetização. De acordo com Rocha *et al.* (2002), a comissão em princípio foi liderada por Paulo Freire e posteriormente passou a ter atuação e coordenação de José Eustáquio Romão. Em decorrência da extinção da Fundação Educar, nos anos de 1990, o Governo Federal deixou de atuar e intervir nessa etapa educacional redundando, assim, no esvaziamento de ações governamentais nessa modalidade de ensino ocasionadas pela ausência de intervenções de órgãos ligados ao Ministério da Educação. A ausência de investimentos destinados à EJA aliada a pouca produção de pesquisas e estudos sobre essa modalidade de ensino, contribuíram para que sejam reproduzidas metodologias e didáticas que não são condizentes com o público alvo, ou seja, há uma tendência de se reproduzir aulas destinadas às etapas da educação infantil e ensino fundamental para os estudantes de EJA. Nesse sentido, Gadotti (2008, p.18) destaca que:

Até a década de cinquenta do século passado, alfabetizavam-se adultos com os mesmos métodos de alfabetização de crianças. Paulo Freire achava isso uma humilhação para o adulto, que já trazia uma grande experiência de vida, e criou um método específico para a alfabetização



de adultos. É verdade, outros já estavam pensando da mesma forma, todavia, foi ele o primeiro a sistematizar e experimentar um método inteiramente criado para a educação de adultos. Tratar o adulto como uma criança é desrespeitá-lo. Por isso, mesmo os melhores alfabetizadores de crianças precisam de formação específica ao assumir uma classe de educação de adultos.

De acordo com Rocha *et al* (2002), contemporaneamente, o governo se encontra em uma situação de despreparo tanto teórico quanto prático para abordar eficazmente o desafio de proporcionar educação de alta qualidade para todos os cidadãos brasileiros. Apesar da existência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Atender às Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos resultantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 9.394/96 (LDB 9394/96), o governo brasileiro não tem cumprido integralmente seus compromissos em relação a esse problema crucial e sensível.

Na LDB 9394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à EJA:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 1996).

A EJA deve, invariavelmente, se constituir como educação multicultural, um processo educativo que promova o conhecimento e a integração em contexto de diversidade cultural, como enfatizado por Gadotti (1995). É uma educação voltada para a compreensão mútua, combatendo a exclusão com base em critérios como raça, gênero, cultura e outras formas de discriminação. Para alcançar esse objetivo, é imperativo que o educador tenha um profundo entendimento do ambiente dos estudantes, pois somente ao compreender a realidade vivida por esses jovens e adultos é que se pode oferecer



uma educação de qualidade.

Em face do exposto, é possível dizer que ao longo de grande parte deste século, e do século passado, as experiências de educação voltadas para jovens e adultos no Brasil refletiram uma abordagem que visava à integração com o projeto de desenvolvimento econômico e social, que teve sua formulação e implementação, sobretudo, a partir da década de 1930, contribuindo para a consolidação do capitalismo no país. Durante esse período, marcado por governos autocráticos e populistas com esporádicos elementos democráticos, as estratégias e ações de integração da população a esse projeto nacional de influência internacional utilizaram a EJA como ferramenta central. Essa abordagem visava a negar a imagem "atrasada" do analfabeto, que era mais comum nas áreas rurais, ao mesmo tempo em que promovia a ideia da imagem "moderna" do trabalhador ativo, produtivo e obediente, presente nas áreas urbanas industriais.

No entanto, foi também nesse contexto que começaram a se desenvolver maneiras diversas de compreender a realidade, reconhecendo e valorizando a rica diversidade cultural, que é uma parte integral da história das nossas raízes, presente em todo o território brasileiro. Isso resultou em uma mudança na perspectiva de como a EJA deveria ser abordada. Sob a influência de Paulo Freire, as políticas educacionais relacionadas a essa modalidade puderam destacar as particularidades culturais, econômicas e sociais de diferentes regiões e comunidades locais, o que permitiu identificar os problemas sociais existentes e as potencialidades para a mudança por meio da ação dos indivíduos integrados em suas próprias culturas. A diversidade cultural passou a ser reconhecida como um elemento fundamental no planejamento e na execução da educação, incluindo a EJA em oposição às abordagens integradoras de caráter militarista e populista, que buscavam a homogeneização e a padronização (AMARAL, 2000).

METODOLOGIA

O presente estudo pauta-se em pesquisa de revisão documental e bibliográfica, baseada em fontes primárias e secundárias coletadas nas seguintes bases de dados: Plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO)⁵; Portal de Periódicos da CAPES⁶, Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica⁷, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)⁸, site Q-Edu⁹, portal da educação da Prefeitura de Diadema¹⁰, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)¹¹, Banco de Dados de informações dos Municípios Paulistas, site do Ministério da Educação (MEC)¹² entre outros sites oficiais do governo federal.

Conforme Gil (2002), a pesquisa documental é uma técnica de coleta de dados

⁵ Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 abr. 2023

⁶ Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>. Acesso em: 15 abr. 2023

⁷ Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20 abr.2023.

⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

⁹ Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2023

¹⁰ Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/educacao/educacao-eja/>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2023.



que tem como objetivo a análise de documentos, sejam eles escritos, audiovisuais, fotográficos, entre outros. Essa técnica permite o acesso a fontes primárias de dados que podem ser úteis para a análise de processos históricos, políticos e sociais. Ademais, a pesquisa bibliográfica permite a cobertura de uma ampla gama de fenômenos, o que pode ser útil para o pesquisador ampliar a visibilidade do problema estudado e contextualizá-lo em um cenário mais amplo. É importante ressaltar que ambas as técnicas de pesquisa são complementares e podem ser utilizadas em conjunto para enriquecer a análise e a compreensão do fenômeno estudado.

De acordo com Flick (2008), dá-se ênfase à importância da reflexividade e da sensibilidade do pesquisador em relação ao contexto social e cultural em que a pesquisa está inserida. Ele também destaca a necessidade de se adotar uma abordagem interpretativa na análise dos dados qualitativos, levando em consideração as múltiplas perspectivas e significados presentes nas narrativas dos participantes da pesquisa.

Com o propósito de reunir maiores informações sobre o campo da educação e encontrar outros estudos que tenham relação com os objetivos desta pesquisa, foi realizada, inicialmente, uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos que se dedicaram a investigar a EJA a formação do gestor escolar, as legislações e o financiamento educacional.

Em um breve retrospecto, apresentamos diferentes campanhas que visavam extinguir o analfabetismo e políticas que influenciaram a EJA no cenário nacional. Vale ressaltar, que estes movimentos, em muitas das vezes com origens populares, irão movimentar e fomentar as mudanças que impulsionaram a modalidade de ensino no país e deram origem a algumas das leis vigentes. Foram os movimentos, representados por grupos sociais como sindicatos e outros, os verdadeiros impulsionadores do surgimento de uma educação focada na transformação, integrando-a no processo de modernização do país. A EJA conduz gradualmente o indivíduo a uma transformação tanto social quanto cultural. Como mostra o quadro abaixo, de maneira cronológica, temos algumas ações ou movimentos propostos que conduziram a EJA no país.

A política na Administração Pública refere-se a um conjunto de ações e procedimentos para resolver pacificamente conflitos sobre a distribuição de recursos públicos. Os participantes nesses conflitos são chamados de “atores políticos” (Pereira, 2007). A discussão sobre legislação e políticas públicas para a educação de jovens, adultos e grupos excluídos teve início na década final da década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, que promoveu ideais democráticos. Essa conjuntura global influenciou as mobilizações nacionais, destacando o movimento pela educação em massa. Na década de 1950, iniciaram-se campanhas de alfabetização de adultos para atender às demandas de modernização da sociedade, especialmente nas áreas rurais. De acordo com Pereira (2007, p. 54),

Este olhar histórico se inicia no fim da década de 1940, período em que questões relacionadas à educação de base começam a aparecer no país, pois o final da II Guerra Mundial trouxe, para o mundo, a vitória dos ideais democráticos. Essa conjuntura internacional interferiu nas mobilizações nacionais da época, que acabaram dando ênfase ao movimento pela educação das



massas. À medida que se buscava o progresso social e econômico do país, tornava-se necessário pensar numa política de educação de base. Na década de 1950, iniciam-se as campanhas de alfabetização de adultos, pois, com a modernização da sociedade, era preciso um maior ajustamento da população, principalmente a rural.

Nessa direção, o quadro a seguir fornece um breve panorama histórico, entre os anos de 1940 e 2020, dos movimentos e ações que trataram do tema ao longo dos anos.

Quadro 01 - Políticas Públicas no contexto histórico da EJA

Ano	Ação ou Movimento proposto
1940	Resultado do recenseamento geral do Brasil
1944	Teatro Experimental do Negro (TEM) no Rio de Janeiro – Experiências com Teatro para a Educação de Adultos.
1947	Criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA)
1947	I Congresso de Educação de Adultos (EDA) promovido pelo Governo Federal, que marcou o início da campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).
1947	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)
1952	Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)
1957	Cria-se o Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENA)- Campanha extinta em 1963
1958	Seminário Interamericano de Educação de Adultos e o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.
1958	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) – Extinta em 1961
1960	Início dos Centros Populares de Cultura (CPC)
1960	Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, da UNESCO, de 1960.
1961	Centro Popular de Cultura da UNE, e muitos outros entre 1962 e 1964
1961	Movimento Educação de Base (MEB)- Decreto 50.370 de 21 de março de 1961. Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
1961	Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP) – “De pé no chão também se aprende a ler” – Natal
1962	Campanha de Educação Popular da Paraíba (João Pessoa-janeiro de 1962) – (CEPLAR)
1963	Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte (janeiro de 1963).
1963	Começo da estruturação do Plano Nacional de Alfabetização (PNA)
1963	I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura – Que dá origem a Comissão Nacional de Cultura Popular
1964	Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. (PNAA), que tinha como base o Método Paulo Freire.
1965	Cruzada da Ação Básica Cristã- Cruzada ABC
1967	Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, que previa sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.
1971	É implantada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 5692/71. Lei essa tendo por objetivo organizar da educação de adultos através do ensino



	supletivo.
1971	Parecer Nº 609 do Conselho Federal de Educação, e o documento intitulado “Política para o Ensino Supletivo”
1980	Programa Nacional de Ações Socioeducativas para o Meio Rural (PRONASEC) e o Programa de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (PRODASEC), ambos de 1980.
1985	O MOBREAL é substituído pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos. É criado a Fundação EDUCAR.
1988	É Promulgada, em 05 de outubro a Constituição de 1988, onde em seu artigo 208 garante que “a Educação passa a ser direito de todos, independentemente de idade”. Ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”.
1990	Conferência Mundial de Jomtien, Tailândia.
1990	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)
1990	Surgem vários Movimentos de cunho social, destaque para o Movimento de Alfabetização (MOVA)
1996	Emenda Constitucional 14 de 12 de setembro de 1996, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, que passa a vigorar, só em 1 de janeiro de 1998.
1996	Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1997	Programa Alfabetização Solidária (PAS)
1997	V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFITEA), em Hamburgo na Alemanha.
2000	Parecer CNE/CEB 11/2000, reconhecia a EJA como modalidade de Educação esclarecendo que não é uma forma de suprir a Educação Perdida.
2003	O Programa Brasil Alfabetizado, foi criado em 2003 com o objetivo de promover a superação do analfabetismo tendo seu último ciclo ocorrido em 2016.
2005	Foi instituída a Comissão Nacional de Alfabetização, de caráter consultivo, que tinha o objetivo de assessorar o Ministério da Educação no Programa Brasil Alfabetizado, que, em 2005, passou a se chamar Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). A CNAEJA, como órgão colegiado, ampliou seu objetivo passando a assessorar o Ministério da Educação na formulação e implementação das políticas nacionais e na execução das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos (Decretos de nº 4.834/2004 e 5.475/2005)
2008	Conferência Nacional da Educação Básica
2020	O Fórum Mundial da Educação para Todos, realizado em abril de 2000, em Daccar (Senegal).

Fonte: Os autores, com base em fontes documentais.

De acordo com o entendimento de Rocha *et al* (2002), contemporaneamente, o governo se encontra em uma situação de despreparo tanto teórico quanto prático para abordar eficazmente o desafio de proporcionar educação de alta qualidade para todos os cidadãos brasileiros. Apesar da existência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Atender às Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos resultantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da implementação da LDB 9394/96 o governo brasileiro não tem cumprido integralmente seus compromissos em relação a esse problema crucial e sensível.

Todas as ações e movimentos tinham a intenção de propiciar meios para que os alunos da EJA tivessem seus direitos garantidos. Essa modalidade da educação básica deve ser sempre inclusiva e multicultural, promovendo o conhecimento e a integração na diversidade cultural. Conforme Gadotti (1995), ela deve buscar a compreensão



mútua e combater a exclusão baseada em raça, sexo, cultura, etnia ou qualquer outra forma de discriminação.

Durante grande parte deste século, as experiências da EJA no Brasil foram alinhadas com o projeto de desenvolvimento econômico e social que começou a ser delineado principalmente a partir da década de 1930, o que impulsionou o avanço do capitalismo no país. Nesse contexto, sob uma alternância de lideranças autocráticas e populistas com momentos de aparência democrática, as intenções e ações visavam integrar a população a esse projeto de influência internacional. EJA desempenhou um papel fundamental como ferramenta para erradicar a imagem de "analfabetos atrasados", especialmente nas áreas rurais, e promover a imagem de "trabalhadores ativos, produtivos e obedientes" nas áreas urbanas e industriais, alinhados com a visão moderna.

No entanto, foi nesse cenário que surgiram abordagens diversas para interpretar a realidade, acompanhando e valorizando a riqueza da diversidade cultural que compõe a história e as raízes do Brasil. Tendo por consequência uma diferente concepção na forma de se pensar sobre EJA.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como podemos perceber, os movimentos que preconizaram a EJA no território nacional, passaram por várias nuances ao longo do percurso histórico. Em conformidade com Di Pierro, Jóia e Ribeiro (2001), apesar de já ter sido mencionada a necessidade da EJA anteriormente, sua formalização como política educacional ganhou mais substância a partir da década de 1940. Isso se deu com o estabelecimento do Serviço de Educação de Adultos em 1942, juntamente com a implementação de várias iniciativas e programas governamentais. Beisiegel (2004) caracteriza essas iniciativas como pontos de referência significativos no contexto da educação destinada a todos os jovens e adultos que enfrentam o analfabetismo:

Há diversos marcos significativos neste processo de inclusão da educação de todos os adolescentes e adultos analfabetos entre os objetivos da atuação do Estado no Brasil: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; a fixação da ideia de um plano nacional de educação, na Constituição de 1934; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1938; os resultados do Recenseamento Geral do Brasil, de 1940; a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, e sua regulamentação, em 1945; e, acima de tudo a criação de um Serviço de Educação de Adultos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1947, e a aprovação, nesse mesmo ano, de um plano nacional de educação supletiva para adolescentes e adultos analfabetos (BEISIEGEL, 2004, p. 79).

Dessa forma, constata-se que as políticas de EJA, sob forte intervenção de Paulo Freire, destacam-se por valorizar as peculiaridades culturais, locais, regionais, sociais e econômicas. Isso permitiu a identificação dos problemas sociais existentes, bem como o



reconhecimento dos potenciais para a mudança, através da ação dos indivíduos que estão profundamente conectados com sua própria cultura. A diversidade cultural passou a ser vista como um elemento crucial para a reflexão e prática educacional, incluindo a EJA. Isso representa uma negação às abordagens militaristas e populistas de integração, que visavam uniformizar e padronizar (AMARAL, 2000).

Percebe-se que as políticas de EJA, primam por promover o enfrentamento do desafio do compromisso histórico social brasileiro em fomentar e garantir a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social. Objetivam, também, a formulação de ações e políticas de enfrentamentos diante da necessidade contemporânea de resgate de direitos aos sujeitos que não tiveram acesso à educação formal e acadêmica adequada e no tempo certo e de maneira efetiva. Contudo, é possível inferir que ainda não há diretrizes, normativas e políticas reparatórias efetivas e que se adéquam às reais necessidades da modalidade. Perfazendo assim, a necessidade de uma ampla divulgação e debate, diante das políticas públicas que versam sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R. Políticas de educação de jovens e adultos no Brasil: conceitos e contextos. **Serviço Social em Revista** V.3 n.1 jul/dez, 2000. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_educacao.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BEISIEGEL, C. R.. **Estado e educação popular**. Brasília: Líber Livros, 2004.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5692&ano=1971&ato=f4ekXQU50MjRVT190>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Portal da legislação** – governo federal. 1996 e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 02 out.2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Brasília: CNE: MEC mai. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em: 30 de set. 2023.



FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.

GADOTTI, M. **A Educação contra a educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **Estado e Educação popular**. Conferência na UNESCO, 1995.

GADOTTI, M. **MOVA**, por um **Brasil Alfabetizado**, 2008. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/8b31d2f5-62e2-4d84-963f-0a4c6d9480f0/content>. Acesso em: 19 de nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, S. **Estado e Educação de Adultos** (1964 - 1985). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991.

Site do Instituto Nacional de Ensino. **“Legislação, Políticas e Diretrizes para EJA”**. Disponível em: https://institutoine.com.br/arquivos/_5ec45505402d3.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

PEREIRA, D. F. F. Educação de jovens e adultos e educação popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 53–74, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/487>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROCHA, H. F.; KARL, H. A; VEIGA, M. S.; GUIMARÃES, M. As Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos. **Pedagogia em Foco**. Petrópolis, 2002. Disponível em: <https://www.pedagogiaemfoco.pro.br>. Acesso em: 02 out. 2023.